

Ano 12, Vol XXII, Número 1, Jan-Jun, 2019, p. 170-191.

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E EDUCAÇÃO LIBERTADORA: UM ESTUDO DA ONG SODIREITOS¹

Giselle Alves Silva
Juliana Roberta da Silva

Resumo: O estudo apresenta como ideia-força o empreendedorismo social como uma ação socialmente transformadora que por meio da educação libertadora pode garantir à comunidade local a eficiente identificação e mobilização dos recursos disponíveis em prol do desenvolvimento econômico-social. Este artigo trata de uma experiência vivida na ONG Sodireitos. A opção metodológica do artigo foi a observação participante, análise documental, pesquisa de campo e análise das entrevistas. A experiência dessa pesquisa sinaliza que a Sodireitos possui fortes indicadores de uma ação socialmente empreendedora, uma vez que em suas estratégias de enfrentamento aos problemas sociais trabalha elementos como: empoderamento comunitário e educação libertadora.

Palavras-chave: Empreendedorismo social. Empoderamento. Educação Libertadora.

Abstract: The study presents as an idea-force social entrepreneurship as a socially transformative action that through liberating education to the local community can ensure the efficient identification and mobilization of resources towards the economic and social development. This article is an experience in the NGO Sodireitos.. The methodology of the article was participant observation, document analysis, field research and analysis of the interviews. Experience indicates that this research has Sodireitos strong indicators of a socially entrepreneurial action, since in their strategies for coping with social problems work elements such as: community empowerment and liberating education.

Key-words: Social entrepreneurship. Empowerment. Liberating Education.

¹ Artigo apresentado na modalidade banner no XV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – FEA USP 2013.

1 INTRODUÇÃO

O enfrentamento ao modelo de sociedade excludente ancorado na racionalidade do mercado, no lucro e em valores individualistas e de consumo tem exigido dos movimentos e organizações sociais: ousadia política, criatividade organizativa e inventividade coletiva. Todas centradas na busca de outro modelo de sociedade baseados na ética, justiça social e liberdade humana que exigem novas práticas e relações sociais que precisam ser refletidas, ensinadas e reproduzidas culturalmente e sistematizadas socialmente. Deste enfrentamento surge aprendizado, ressignificam-se conceitos, reelaboram-se fazeres e saberes oportunizando-se a gestação do novo forjado nas contradições sociais e tecem-se novas sistematizações que serão socializadas em redes nas convivências nos bairros, nas vilas, comunidades organizadas, associações, encontros, cursos, conversas, seminários e oficinas. Em todos esses momentos são construídos espaços de organização, socialização e aprendizagem humana, cujo encontro de quem ensina com quem aprende se confunde na simultaneidade da troca, do gesto, do acolher, do viver em grupo, do solidarizar esperanças e fazer sentir-se pertencer e protagonizar o futuro, portanto, todos se educam quando leiam o mundo e nele intervêm.

Na Amazônia, terra de enfrentamentos claros ao modelo de crescimento econômico, há experiências que vem ganhando relevância pelas suas conquistas e forma de atuação que alia respeito à diversidade social, autonomia dos grupos sociais e valorização do saber local. Quando as organizações sociais fazem dessas práticas princípios, elas também ensinam, na medida em que, trocam experiências coletivas gestadas no cotidiano do território e reafirmam que o maior aprendizado social se dá na feitura de estratégias que garantam a reprodução social da vida na floresta, ainda que urbanizada, desmatada e vista como base de exploração mercantil. Mas, ao mesmo tempo, é reconfortante e impulsionador perceber sinais, pistas, alternativas de esperança de uma possível mudança de paradigma que alie vida e floresta que vem sendo protagonizada pelas populações locais, segmentos sociais e movimentos e organizações sociais que pautam outra agenda que conscientiza e politiza o debate na direção de um desenvolvimento sócio-ético, político-cultural e ambiental que seja humano e livre, na sua essência.

O objeto de estudo deste artigo é a dinâmica organizacional da Sodireitos, um organização não-governamental sediada em Belém do Pará, que há 6 anos atua na defesa dos direitos sexuais e migratórios na região amazônica. O artigo se propõe a interrogar: como se dá a atuação empreendedora social da Ong Sodireitos pela via da Educação Libertadora? E, nessa direção coloca como objetivo: analisar a prática de Empreendedorismo Social e a concepção de educação libertadora utilizada pela Ong Sodireitos em defesa dos direitos sexuais e migratórios. As autoras optaram por também utilizar como metodologia na produção desse texto a observação participante, análise documental, pesquisa de campo e análise das entrevistas.

O artigo procura, inicialmente, fazer uma apresentação do debate acerca do capitalismo, enfocando a emergência do empreendedorismo social. Depois, avança no sentido de dimensionar o empreendedorismo social como um novo paradigma de intervenção na realidade social. Em seguida apresenta a educação libertadora como uma via para a conquista do empoderamento comunitário. Continuando, apresenta-se a experiência da Sodireitos no sentido de identificar as ações que sinalizam-se como socialmente empreendedoras e praticantes da educação libertadora. Por fim, são tecidas considerações finais que cumprem o papel de apontar novas agendas de debate, reflexões e pautas que possam dar continuidade a esse projeto de um novo contexto a partir do empreendedorismo social.

2 CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL: a emergência do empreendedorismo social.

Inúmeras são as mazelas produzidas pela voracidade do hegemônico modo de produção capitalista², dentre as quais podemos citar a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente da biodiversidade, o desemprego, as violações dos direitos humanos, as pandemias, os ódios inter étnicos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal. Trata-se de um crescimento expressivo dos problemas sociais formados por um espiral de fatores múltiplos que lhe conferem alto grau de complexidade, exigindo desta forma uma

² Por modo de produção entende-se “tanto o modo pelo qual os meios necessários à produção são apropriados, quanto as relações que se estabelecem entre os homens a partir de suas vinculações ao processo de produção”. (CATANI, 1999, p.8)

mudança nas estratégias de enfrentamento destas mazelas sociais, fundamentadas em uma ação inovadora capaz de produzir mudança com alto impacto social.

O capitalismo caracteriza-se pela concentração da propriedade dos meios de produção em mão de uma classe social e a presença de outra classe para a qual a venda da força de trabalho seja a única fonte de subsistência.

Resumidamente Townsend (1970) apud Ramos (1989, p.97) defini a condição a qual o ser humano foi subjugado dentro deste cenário: “(...) não somos senão mortais treinados para servir a instituições imortais ... Esse não é o nosso estado natural”.

É neste cenário que emerge o novo modelo de desenvolvimento humano, social e sustentável proposto pelo empreendedorismo social que exige reflexões acerca da teoria crítica como movimento contra-hegemônico à racionalidade instrumental imperativa no contexto das organizações.

Burrell e Morgan (1979) sintetizam as visões alternativas de compreensão da gestão e das organizações através de paradigmas sociológicos que se baseiam na oposição entre objetividade e subjetividade, situando o funcionalismo e o estruturalismo no primeiro pólo e o humanismo radical (outra denominação que costuma ser dada para a teoria crítica) e o interpretativismo no segundo pólo.

O paradigma Humanista Radical fundamenta-se, segundo Paula (2008), no processo de criação da realidade influenciado por processos psíquicos e sociais que canalizam, restringem e controlam as mentes dos seres humanos de maneira a aliená-los em relação às potencialidades inerentes a sua verdadeira natureza humana. Neste âmbito de interpretação das realidades organizacionais a Teoria Crítica localiza-se como um vertente de resistência e alternativa à hegemonia da ortodoxia funcionalista e do positivismo lógico no campo dos estudos organizacionais.

Ser crítico implica na busca por uma identidade intelectual pautada na autonomia. Nesta teoria o homem é visualizado como “um sujeito autodeterminado, autoconsciente e autônomo, capaz de refletir sobre sua realidade e fazer as escolhas que moldarão seu destino” (PAULA, 2008, p.XIV)

Vieira e Caldas (2007) sintetizam a teoria como uma tentativa de emancipação à lógica do mercado, e nesta perspectiva apresentam dois fundamentos centrais da teoria: a crítica ao positivismo como forma estabelecida de conhecimento e a crítica ao mercado como forma estabelecida de vida coletiva: “A teoria crítica dedica-se a

examinar o mercado e suas relações à luz da emancipação, que significa a busca da realização concreta da liberdade e da igualdade, que não são conceitos aplicáveis quando a lógica dominante é a da competição”. (VIEIRA; CALDAS, 2007, p. 296).

Pode-se, portanto, enunciar dois princípios básicos da teoria: A orientação para emancipação do homem na sociedade, que objetiva não apenas compreender o mundo, mas examiná-lo visando possibilidades; e a manutenção do comportamento crítico, nunca se conformando com o que é dado como descrição do real.

Como principais expoentes da teoria crítica na área da Administração no Brasil têm-se a) Ramos (1989, 1996), com as obras *A redução sociológica*, que criticava a ciência domesticada, fundamentada na reprodução não criativa e distanciada de nosso tempo-espaço e conseqüentemente de nossos problemas; incapaz, portanto, de oferecer soluções apropriadas e emancipatórias; e *A nova ciência das organizações* que faz críticas ao mercado como forma dominante de organização da vida social; b) Tragtenberg (1980) com sua obra *Administração, Poder e Ideologia*, argumentava que a administração dedica-se ao estudo da legitimação burocrática do poder e que esta possui caráter repressivo, dada sua ênfase no controle sobre o homem; e c) Mota (1990), que desenvolveu estudos sobre burocracia, poder, tecnologia e cultura e criticava o esforço de fundir Racionalidade Substantiva com Instrumental como modo de aperfeiçoar as formas de dominação sobre o indivíduo. Estes autores são chamados por Vieira e Caldas (2007) de cientistas-cidadãos, pois estão sempre pensando como nossa sociedade poderia ser e não como ela é.

Na contramão do discurso hegemônico do capital, e fundamentado numa perspectiva de ação social pautada na solidariedade oriunda do paradigma da racionalidade comunicativa ou substantiva emerge o Empreendedorismo Social.

Santos (2001, p.3) fala de uma Globalização Alternativa, um modelo contra hegemônico fundamentado “(...) no desenvolvimento democraticamente sustentável, das solidariedades e das cidadanias, de uma prática ecológica que não destrua o planeta, e de uma sociedade global que só aceite o comércio livre enquanto comércio justo”.

Busca-se um novo modelo de desenvolvimento humano, social e sustentável, pautado na emancipação social, conquistada por meio do empoderamento das comunidades, no desenvolvimento sustentado em uma produção autônoma e na integração através de redes de cooperação. Trata-se de um cenário que traz como pano

de fundo a mudanças das pessoas da condição de coadjuvantes, para protagonistas de sua condição social: O empreendedorismo Social. (MELO NETO, FROES, 2002).

No percurso de edificação do conceito de empreendedorismo social torna-se condição *sine qua non* a compreensão do que é empreendedorismo, enfatizando sua evolução conceitual, suas características e sobretudo, como o termo se expandiu para a dimensão social, desviando-se de seu curso inicial: o mercado.

3 EMPREENDEDORISMO SOCIAL: um novo paradigma de intervenção na realidade social

Uma conceituação clara que consolida de forma objetiva o termo empreendedorismo é a adotada por Hashimoto, (2006) que denominam de “essência do empreendedorismo”, residindo em três elementos localizados no coração da atividade empreendedora: a inovação, o risco e a autonomia.

A **inovação** é uma das características mais marcantes do empreendedorismo. Como observa Drucker (1986, p. 24) “a inovação sistemática consiste na busca deliberada e organizada de mudanças, e na análise sistemática das oportunidades que tais mudanças podem oferecer para a inovação econômica ou social”.

O autor não descarta ainda dois aspectos importantes, o primeiro é a possibilidade de um empreendedor transformar em realidade a ideia criativa de um terceiro, ou seja, nem sempre o empreendedor gera a ideia ou inova, mas tem o papel fundamental na transformação de qualquer ideia, dele ou de terceiro em um projeto ou produto de sucesso. Segundo, a importância do empreendedor no desenvolvimento econômico e na sobrevivência do capitalismo.

O **risco** é elemento inerente a qualquer empreendimento e está relacionado a imprevisibilidade dos resultados. Assumir risco de maneira calculada, fazendo-se uso das ferramentas de gestão, sobretudo do planejamento, é condição *sine qua non* para uma ação empreendedora.

O empreendedor goza de **autonomia** para definir os objetivos, decidir sobre os recursos, escolher as estratégias de atuação e até mesmo para buscar oportunidades relevantes. Contudo, atuar de maneira autônoma não significa trabalhar sozinho, é essencial conquistar o envolvimento e a participação das pessoas que ajudarão a conduzir o empreendimento. É válido ressaltar, que segundo o autor, estes fatores somente qualificaram a ação empreendedora se apresentarem-se de maneira simultânea.

Filion (1999, p.19) congregou num único conceito, um estudo de aproximadamente 60 das definições mais comuns na literatura e afirma que:

O empreendedor é uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócio. Um empreendedor que continua a prender a possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas, que objetivam a inovação, continuará a desempenhar um papel empreendedor.

É possível observar que a concepção de empreendedorismo apresentada possui visão unilateral, focada na dinâmica do mercado, objetivando a geração de lucros e acumulação de riquezas. Não obstante, recentemente, este conceito ampliou-se para a área do social, constituindo hoje em uma possibilidade concreta de contribuição criativa para a solução dos problemas sociais emergentes no mundo, o que chamamos de Empreendedorismo Social.

O empreendedorismo como protagonismo social, rompe os laços de dependência, gerando desenvolvimento através da cooperação. Dessa maneira, o empreendedorismo volta-se para o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à criação e realização de um projeto – técnico, científico, empresarial e social.

O empreendedorismo social surge no Brasil na década de 90, em meio a duas fortes pressões: de um lado a crescente problematização social e a redução dos investimentos públicos neste campo que incentivaram o crescimento das organizações do terceiro setor e da participação das empresas no investimento e nas ações sociais; de outro lado o surgimento de uma nova lógica de fazer negócios, onde aspectos como ecologia e meio ambiente, diversidade, bem-estar e direitos humanos passaram a ocupar posição de destaque. Todos esses elementos convergem para o surgimento de um novo paradigma de intervenção na realidade social capaz de gerar emancipação social e desenvolvimento humano. (OLIVEIRA, 2007)

Atualmente, o empreendedorismo social se apresenta como um conceito em desenvolvimento, mas com características teóricas, metodológicas e estratégicas próprias, sinalizando uma forte diferença entre a gestão social tradicional, balizada em ações filantrópicas e assistencialistas que serviam muito mais para satisfazer o “ego” do doador, do que propriamente para resolver o problema social do beneficiário; e uma gestão empreendedora que busca a inovação na solução de problemas e causas sociais.

O empreendedorismo social apesar das similitudes com outros termos, como empreendedorismo privado e responsabilidade social, possui formatação própria. Logo, faz-se necessário uma distinção entre estes termos a fim de evitar quaisquer conflito de ordem conceitual.

É possível destacar como ponto de intersecção entre o empreendedorismo social e o privado, o fato de as duas categorias fundamentarem-se na ação inovadora e criativa frente aos desafios, na capacidade de assumir riscos calculados e na concretização de seus ideais.

Quanto às distinções, Melo Neto, Froes (2002, p.11) afirmam que o empreendedorismo privado é caracterizado por uma ação individual para a produção de bens e serviços com foco no mercado. Sua medida de desempenho é o lucro, geração de riquezas e distribuição de dividendos entre seus investidores.

Na perspectiva de Silva Junior e Mâsih (2008) esta gestão privada que absorve o empreendedorismo privado, ou de negócios, como também é chamado, age sobre a primazia da racionalidade instrumental de Guerreiro Ramos (1989), modelo baseado na lógica mercantil, circundada pelo imperativo da acumulação do capital e pela expansão do sistema de mercado.

No outro extremo dessa lógica dominante, tem-se o Empreendedorismo Social que vem descartar as formas mais antigas e ultrapassadas de raciocínio e conceber e desenvolver novas, atacando problemas de alta complexidade, assumindo riscos imensos e forçando a sociedade a olhar além do que parece possível. Esses empreendedores Sociais buscam metas longínquas, como sustentabilidade econômica e ambiental e equidade social, muitas vezes com o objetivo de transformar sistemas cujos descompassos ajudam a criar ou piorar grandes problemas socioeconômicos, ambientais e políticos. Ao fazê-lo encontram novas possibilidades de abalar as estruturas estabelecidas e criar novas perspectivas para o futuro.

Quanto à distinção entre empreendedorismo social e responsabilidade social, dá-se por conta de que nesta, as empresas colocam sua excelência de gestão a serviço de ações sociais, objetivando impacto social significativo nas comunidades-alvo de suas ações cidadãs, contudo elas são frutos de uma ação empresarial com finalidade lucrativa, apresentando aspectos limitadores em sua ação solucionadora dos problemas sociais emergentes, posto que só produzem resultados mediante a ação empresarial, as

ações são movidas pelo negócio da empresa, a sociedade civil recebe o benefício, mas não se transforma e a recepção de ganhos sociais são passageiros.

Trata-se, portanto, de um modelo de desenvolvimento comunitário, sustentado e integrado. Onde sua natureza comunitária justifica-se pelo fato de que esta assume para si as ações que transformarão sua condição social, ou seja, passam da condição de simples beneficiárias que seu status de “carente” lhes credencia, para uma posição protagonizadora de seu bem-estar. Esta característica é denominada de empoderamento.

Já o caráter sustentado dá-se por conta da clara intenção de que as pessoas, grupos e a comunidade atinjam um elevado grau de autonomia que lhes seja capaz de garantir seu próprio benefício, tornando-os independentes e auto-suficientes.

E por fim a dimensão integradora, que conferem ao empreendedorismo social um desenvolvimento pautado em redes de cooperação, que estabelecem novos laços nas relações interinstitucionais entre governos, empresas e organizações sociais.

Corroborando com a idéia acima exposta Oliveira (2004) caracteriza o empreendedorismo social como um novo paradigma de intervenção social, posto que apresenta um novo olhar sobre as estratégias de enfrentamento dos problemas sociais para além da solidariedade assistencialista, denominada por Demo (2002) como “fantástico processo de imbecialização”; e ainda, como um indutor de auto-organização social, pois não é uma ação isolada, mas ao contrário, necessita de articulação e participação dos diversos atores da sociedade para assegurar um resultado duradouro e de alto impacto.

Um empreendedor social, de acordo com Dess (2001) possui características semelhantes aos empreendedores de negócios. Empreendedores são inovadores. Eles criam novos paradigmas e são pioneiros em novas abordagens.

(...) estes – empreendedores sociais - possuem uma missão social onde o objetivo não é a geração de lucro, mas o impacto social; são os agentes de transformação no setor social. Não se contentam em atuar apenas localmente. São extremamente visionários e pensam sempre em inspirar a sociedade com suas idéias como colocá-las em prática. São persistentes e ao invés de desistir ao enfrentar um obstáculo, os empreendedores sociais se perguntam “como posso ultrapassar esse obstáculos?” e seguem com determinação suas respostas. (DESS, 2001, p.3).

Empreendedores sociais veem possibilidades, e não problemas, para provocar mudanças na sociedade e não se limitam aos recursos que têm no momento.

Durante o profundo estudo bibliográfico realizado na construção deste marco teórico foi possível observar que muito do que é produzido de literatura nacional na área do empreendedorismo social advém de forte influência de produção estrangeira, sendo possível perceber forte confluência da definição do termo.

Os empreendedores sociais são os reformadores e revolucionários descritos por Schumpeter (1978), mas com uma missão social. Eles realizam mudanças fundamentais na forma como as coisas são feitas no setor social. Suas visões são arrojadas. Eles atacam as causas básicas dos problemas, ao invés de apenas tratar os sintomas. Eles muitas vezes reduzem as necessidades ou invés de apenas identificá-las. Eles buscam criar mudanças sistêmicas e melhorias sustentáveis. Ainda que possam agir localmente, suas ações têm o potencial de estimular melhorias globais nas suas áreas escolhidas de atuação, educação, saúde, desenvolvimento econômico, meio ambiente, arte e cultura ou qualquer outro campo do setor social.

Adotar uma missão de gerar e manter valor social: Essa é a essência que distingue os empreendedores sociais dos empreendedores de negócios, mesmo os de negócios socialmente responsáveis. Para um empreendedor social, a missão social é fundamental. Esta é uma missão de melhorias sociais que não pode ser diminuída para se criar benefícios privados (retornos financeiro ou benefícios de consumo) para indivíduos. Gerar lucro, criar riquezas ou servir aos desejos de consumidores pode ser parte do modelo, mas são apenas meios para um fim social, não o fim propriamente dito. O lucro não é a medida da geração de valor; nem a satisfação dos consumidores; o impacto social é a medida. Empreendedores sociais procuram por retornos sociais de longo prazo em seus investimentos. Os empreendedores sociais querem mais que um rápido acerto; eles querem melhorias duradouras. Eles pensam sobre como manter o impacto.

O empreendedorismo social pressupõem a passagem da condição de não-cidadão, para a condição de cidadão e deste para a condição futura de empreendedor social.

Nessa nova redistribuição de atribuições, a comunidade tornar-se a grande responsável em protagonizar o enfrentamento das mazelas sociais que lhe assolam, abandonando a condição passiva, alimentada pelo assistencialismo e pela filantropia; adotando uma postura mais autônoma, conhecedora de seus deveres e direitos enquanto

cidadãos e se fortalecendo na busca destes. A sociedade civil se organiza e se fortalece no sonho por melhores condições de vida e nesse percurso democratiza o “espaço público” garantindo acesso a todos. Da dinamização desse espaço, e da qualidade do processo participativo que dele emergiu, depende a formação de novos cidadãos.

Por fim, é possível afirmar que tais estratégias visam dotar a comunidade de capacidade e habilidades empreendedoras, conscientizá-las e mobilizá-las para as mudanças com base numa “educação libertadora”, sem no entanto violar suas culturas e tradições.

Buscar parcerias fortemente planejadas e articuladas entre os três setores da economia – governo, empresas e sociedade civil, torna-se condição primordial para a consecução dos objetivos de mudanças transformadoras na dimensão social.

4 EDUCAÇÃO LIBERTADORA: a via de acesso ao empoderamento comunitário

O processo de aprendizagem representa a oportunidade de reconstrução de conceitos e teorias capazes de libertar o homem das contradições do mundo moderno. O capital é considerado como o responsável por ter provocado um forte sistema de poder e dominação em nas comunidades modernas. Essa dominação pode ser mais facilmente evidenciada em comunidades carentes. Assim sendo, a aprendizagem deve ser analisada como a alternativa capaz de superar a dominação imposta pelo capital.

As atividades de educação popular mesmo não possuindo uma fundamentação pedagógica baseada em um programa de referência, parte do pressuposto que não existem conteúdos pré-estabelecidos a serem ensinados. Esse é um grande diferencial da educação popular, onde os fatores da problematização aparecem no decorrer dos programas de forma conexas com os sujeitos envolvidos e suas mediações ambientais e sociais (AMÂNCIO, 2012). A educação popular é desenvolvida nos diversos tipos de organizações, como: associações de bairro, escolas, lares, empresas, clubes de recreação, hospitais. Ressalto, ainda, que essas comunidades, na maioria dos casos, possuem uma interação mais ativa nas com os tipos de organização citados, possivelmente devido a maior necessidade de funcionamento adequado das mesmas.

As comunidades mais pobres são as mais vitimadas pela força do capital, nesse cenário a educação é, em muitos casos, negligenciada, esquecida, e até mesmo vista como algo utópico e desconexo da precária realidade. Portanto é necessário que haja um

esforço direcionado e incessante para estimular e alertar essas comunidades sobre o poder da educação. Segundo Paulo Freire (1982), os homens educam-se entre si a partir da interação com o mundo, pela educação problematizadora que exige a superação da contradição educador-educando e o diálogo, onde ambos se tornam sujeitos do processo e crescem juntos em liberdade, procurando o conhecimento verdadeiro.

O papel do educador mediado pelo diálogo pode ser considerado com fator decisivo no processo de conscientização do poder da educação. Educar é necessário, mas despertar a reflexão sobre problemática vivenciada pode ser a fonte de resolução das dificuldades. A mensagem inicial de Schon (1987) alerta para um possível novo paradigma que se esconde por detrás da prática da reflexão, atitude que nos relança para valores do humano, mas que insistentemente teimam em vir se inspirar em um mudo poluído pelo conhecimento técnico.

A linguagem direta, acessível e clara facilita a compreensão do conteúdo por parte de profissionais de diferentes áreas que, por necessidades diversas, se deparam com a tarefa de ensinar. Conforme, Bordenave (1983) é importante lembrar que o ato de ensinar não se resume ao domínio do conteúdo: deve ser levado em conta “como ensinar”, o que implica o mínimo de formação pedagógica para que se logre o produto final desejado: a transformação da realidade a partir da modificação do comportamento via novos conhecimento. A abordagem emancipatória da educação é considerada como instrumento de libertação de consciências e da necessidade da atuação do homem na sua própria existência, afirma que não é suficiente que o oprimido tenha consciência crítica da opressão, mas que se disponha a transformar a realidade (CABRAL; 2012).

O sistema de produção vigente faz com que os cidadãos tenham, além de dias exaustivos e árduas jornadas de trabalho, uma dependência da organização e da produção de bens de consumo, sendo essa a principal causa de uma sociedade não reflexiva. Quanto maior for o ritmo de crescimento desordenado da sociedade maior será a sua dependência e alienação. Nesse contexto por certo, o interesse da razão em se libertar significará mudar o estado de consciência mediante uma teoria prática que não manipule coisas e processos coisificados, mas que conduza a consciência a um estágio de autonomia por meio de representações críticas e claras (SAMPAIO, 1996)

A emancipação possui o principal pilar para a nova sociedade, onde seus objetivos devem ser definidos por meio do diálogo a da promovendo assim a

participação de todos e a liberdade de expressão. O diálogo possibilita a recuperação da relação teoria e prática. Ainda para Sampaio (1996) a auto reflexão permite ser vista como elemento chave para a compreensão da condição do conhecimento, como também as relações entre teoria e prática. A emancipação do homem será possível quando o sujeito passar a possuir criticidade no contexto social, a partir dessa mudança existe a possibilidade de tornar o mundo mais digno e mais justo para todos. A orientação para emancipação do homem na sociedade, que objetiva não apenas compreender o mundo, mas examiná-lo visando possibilidades; e a manutenção do comportamento crítico, nunca se conformando com o que é dado como descrição do real.

Para a emancipação social é necessário considerar o conhecimento, pois esse é o principal responsável pela emancipação direta. O conhecimento faz surgir um novo modelo de desenvolvimento humano baseado na emancipação social, conquistada por meio do empoderamento, no desenvolvimento sustentado em uma produção autônoma e na integração através de redes de cooperação existentes nas comunidades.

Entretanto, Melo Neto, Froes (2002, p.11) afirmam que esta trajetória somente é passível de realização frente a uma educação permanente e criação de novos espaços e experiências de vida participativa, na verdadeira construção de um espaço público, capaz de despertar no coletivo o ímpeto pela cidadania, despertando um sentido de missão e um sonho de transformação em vistas à cidadania. Neste panorama, a comunidade torna-se protagonista e beneficiária de sua própria ação transformadora, tendo como base sustentadora de sua ação o empoderamento, estratégia de dotar a comunidade de capacidades e habilidades empreendedoras em busca de ação autônoma e protagônica; e uma educação emancipadora, também denominada “educação libertadora”. Para Freire (2013) é possível executar mudanças nas salas de aula por meio da educação libertadora, sem que estas sejam confundidas com mudanças na sociedade global, apesar de que as mudanças de caráter mais imediatas possam se tornar elementos de uma transformação mais ampla.

Como condição primária a esta ação verdadeiramente transformadora, Melo Neto, Froes (2002) destacam a necessidade do surgimento de um novo paradigma no redesenho das relações institucionais entre comunidade, governo e empresas. Trata-se de um processo de transformação pautado no empoderamento, onde a comunidade assume a mudança, sendo ao mesmo tempo protagonista e beneficiária da sua ação, e se

articula com os demais seguimentos da economia – governo e empresas – como estratégia de fortalecimento.

5 DESCORTINANDO A SODIREITOS: Em busca de ações socialmente empreendedoras e educacionalmente libertadoras.

Ao descortinar a prática gerencial da Sodireitos em busca de elementos que possam configurar a ONG no campo das organizações que adotam o empreendedorismo social evidencia-se como eixo norteador de suas ações de enfrentamento aos problemas sociais existentes elementos importantes que colocam no centro das atenções questões como: protagonismo e empoderamento comunitário, articulação em rede e educação como forma de libertação. Na Amazônia esse tipo de atuação pode ser elemento fundamental no sentido de romper com o projeto de desenvolvimento baseado na exploração e dominação dos povos locais.

A Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia – Sodireitos - fundada em 2006, é uma associação de direito privado, sem fins econômicos, com finalidade pública, não partidária, democrática, pluralista, com atuação em todo território nacional, com sede em Belém do Pará. Atua na luta pela defesa e garantia dos direitos humanos, em especial dos direitos sexuais e direitos migratórios na Amazônia.

Ao defender os direitos migratórios, a organização entende que cada pessoa precisa viver com dignidade, onde quiser, ir e vir sem ter seus direitos violados, já que sua dignidade humana é universal. E na defesa dos direitos sexuais, afirma a necessidade de toda pessoa - independente da classe, faixa etária, gênero ou orientação sexual - viver sua sexualidade de tal maneira que enriqueça sua vida, afirme sua identidade, garanta prazer e dignidade, livre de qualquer forma de preconceito e violência.

As reflexões sinalizam para uma atuação fortemente empreendedora na dimensão social, pois como afirma Dess (2001) os empreendedores sociais vêem possibilidades no lugar de problemas, e para provocar mudanças na sociedade não se limitam aos recursos que têm no momento.

Após um longo período de discussão e debates sobre que estrutura teria essa organização, definiu-se como MISSÃO da Sodiretos a luta pela defesa e garantia de direitos humanos na Amazônia com ênfase nos direitos sexuais e migratórios, na

perspectiva da participação protagônica e da solidariedade. Como sua VISÃO DE FUTURO ser referência no enfrentamento ao tráfico de pessoas e na difusão pela garantia dos direitos sexuais e migratórios na Amazônia. E como PRINCÍPIOS a Não discriminação, Solidariedade, Participação democrática, Ética socioambiental e sustentável, Respeito à equidade de gênero, raça, etnia, classe, orientação sexual, profissão e origem.

Para o cumprimento de sua missão institucional a Sodireitos criou 5 eixos estratégicos de atuação, que são: Atendimento, Fortalecimento Institucional, Incidência Política, Pesquisa e Prevenção.

Observando a prática gerencial da Sodireitos torna-se perceptível a progressiva superação dos modelos de administração tradicionais e arcaicos, forjados por princípios mecanicistas, racionais e cartesianos, para que visões novas, alicerçadas na perspectiva da valorização humana, sejam assumidas como referenciais norteadores da gestão organizacional. Essa gestão, em construção permanente, balizar-se-á no exercício efetivo da participação, na formação de lideranças democráticas, no desenvolvimento e incentivo permanente à criatividade, à construção e busca do conhecimento, ao trabalho em equipes e à inclusão como condição intransigente desse processo, que precisa ser traduzido na superação das velhas linhas hierarquizadas, alimentadas pelo centralismo, pelas verdades prontas, únicas e prepotentes, por círculos que sejam erguidos pela garantia de direitos, pela confiança mútua entre as pessoas, pelo rejuvenescimento das relações cidadãs.

Essa humanização na forma de conduzir suas ações atribui à Sodireitos uma boa avaliação de seus *stackholders*, isso pode ser evidenciado na fala de um das mulheres atendidas pela ONG quando afirma:

Eu gosto de todos eles, por que todos são muitos legais com a gente, muito amorosos, acolhe muito bem a gente, pelo jeito deles tratarem a gente, eu gostei muito daqui, eu me sinto muito bem aqui, eles sempre dão atenção pra gente, eles não são assim de excluir a gente pelo que a gente foi no passado, pelo que a gente passou, não, eles são sempre agradáveis com a gente. Eu gosto de vim pra cá por causa do jeito que eles tratam a gente (Público externo da ONG, 2013)

É possível destacar na prática gerencial da Sodireitos inúmeros elementos que remetem à uma prática social com características empreendedoras, dentre as quais ressalta-se a preocupação em garantir mudanças efetivas, profundas, transformadoras na

condição de vida das pessoas, como afirma Melo Neto e Froes (2002), retirando-as da condição de não-cidadão, alheia aos seus direitos, e transformando-as em cidadãs, conscientes e empoderadas na luta por uma vida com dignidade humana.

Há ainda outros elementos basilares responsáveis pelo ajustamento da Sodireitos como uma organização que atua na linha do empreendedorismo social, buscando a criação de valor social, desafiando causas até então intratáveis, tentando livrar-se das restrições da ideologia ou da disciplina, e tendo como paixão a luta pelo enfrentamento dos problemas sociais.

Os esforços da ação empreendedora são transformadores, não paliativos, com força para catalisar e moldar o futuro. Nessa direção, é possível destacar na dinâmica da Sodireitos os seguintes ações socialmente empreendedoras:

A luta pela garantia de Direitos Humanos: As articulações estratégicas elaboradas pela Sodireitos têm como fio condutor a defesa dos direitos humanos e como nicho social a garantia dos direitos sexuais e migratórios. Observa-se contudo, neste campo de atuação certa fragilidade da legislação e uma atuação ineficiente no combate à violação dos direitos sexuais e migratórios, têm-se, por exemplo, o art. 6º do Protocolo de Palermo que enumera uma série de medidas que os Estados-Parte devem tomar em relação às vítimas do tráfico internacional de pessoas, como por exemplo, o fornecimento de assistência médica, psicológica e material, oportunidades de emprego, alojamento adequado, dentre outras. Contudo, apesar desta previsão de assistência às vítimas, o que se observa na prática é um absoluto descumprimento dessa garantia de direitos humanos, onde grande parte das vítimas é tratada como migrantes irregulares e deportadas para seus países de origem sem receber qualquer apoio médico, psicológico e material.

Foi o que aconteceu com uma das mulheres atendidas pela Sodireitos, que em entrevista nos revelou que migrou para Portugal em busca de melhores oportunidades de vida e foi deportada do país, pois estava com documentação irregular. O grande problema ocorrido, segundo a entrevistada foi a forma como tudo isso aconteceu, segundo a mesma “eu acho que o jeito da deportação foi o grande problema. Ficar presa junto com as pessoas que cometeram crimes graves, que mataram, roubaram, e as ofensas verbais, são situações que ferem os nossos direitos”. A entrevistada se diz

completamente consciente de seu ato migração irregular, porém se sentiu muito humilhada da forma como foi deportada.

Esta elevada incidência da migração pode ser percebida na fala de LLP, uma das mulheres assistidas pela ONG e entrevistadas durante a pesquisa que diz: “falar sobre imigração que é uma coisa que desde pequena eu já vejo, minha mãe viajou pela primeira vez quando eu tinha 4 anos, eu já fui, toda a minha família é imigrante, então, é uma coisa que já esta na minha vida há bastante tempo.” Apesar da entrevistada falar de migração, e não de tráfico, ficou muito claro em seu depoimento que tratava-se de caso de exploração sexual, o que ocorre é que a mulher traficada nem sempre se reconhece como vítima de um crime, dada sua construção subjetiva de aceitar o subjugo.

Ser cidadão é ter consciência de que é sujeito de direitos e deveres. Direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, enfim, direitos civis, políticos e sociais. Contudo muitas vezes as pessoas por desconhecimento de seus direitos acabam por não se reconhecer como vítima de uma violação destes. Neste caso em específico, ela sente-se no máximo explorada ou percebe-se apenas como uma trabalhadora migrante que teve má sorte, ao entrar numa aventura que dera errado. Um exemplo disso é o depoimento de JSS (2013), integrante de uma das organizações participante do Programa Direitos & Comunidades, que afirma:

Não tinha muita noção do que era o tráfico de pessoas, então participamos do módulo específico sobre o assunto, e aí que eu acho que caiu a ficha, quando percebi que inclusive eu tinha participado, tinha sofrido, tinha sido traficada, tinha todo um processo que eu não me dava conta que era um processo de tráfico realmente que se encaixava em uma situação de tráfico. Inclusive é uma coisa que hoje eu venho a estudar um pouco mais, entender um pouco mais, tentar dividir isso com outros companheiros da Juventude Cabocla.

Munir essas pessoas de informações que as libertem da condição de vítimas, empoderando-as na luta pela garantia de seus direitos em qualquer lugar do mundo é a missão institucional da Sodireitos. Como afirma o coordenador do Eixo Pesquisa – Público Interno, relativo às questões de direitos sexuais:

Eu tenho direito de me prostituir ou de me vender, mas ninguém tem o direito a me forçar a fazer isso. Essa luta contra o tráfico tem a ver com a possibilidade das pessoas migrarem ou ficarem no mesmo lugar, mas também com essa autonomia de direito sobre o seu corpo. Então é isso que agente trabalha: os direitos sexuais, como esse direito a sua sexualidade de forma saudável, própria e com dignidade (Público interno da ONG, 2013)

Diferentemente do olhar preconceituoso lançado pela camada conservadora da sociedade sobre estas mulheres, a Sodiretos possui a plena compreensão de que são personagens de um drama iniciado em uma situação de necessidade, que pode ser a primeira gravidez ou mais uma gravidez; uma situação de pobreza extrema; falta de dinheiro, de perspectivas, de oportunidades; uma separação do companheiro; filhos para criar sozinhas; a perda da mãe; um estupro; um namoro com um estrangeiro; histórias de encantamento com o “caso de uma amiga”, que se deu bem e ganhou muito dinheiro. As palavras de uma das mulheres atendidas pela ONG confirma tal afirmativa: “a gente viajou por que não tinha expectativa por aqui.”

Esses fatores associam-se a dimensões subjetivas: ao desejo de aventura; à busca de outras formas de vida, de romper com uma vida limitada, de buscar a liberdade, de fuga das oportunidades de trabalho degradantes, que em geral são as únicas opções que há no seu Brasil.

O **Empoderamento** é outro elemento fortemente presente na realidade analisada. A Sodiretos busca em suas ações proporcionar conhecimentos suficientes para que as pessoas em condições de vulnerabilidade social reconheçam-se quanto cidadão detentores de direitos e obrigações, tenham domínio sobre os serviços de proteção social básica e possuam condições de realizar uma luta autônoma em busca de seus direitos.

No cenário em que a comunidade deixa de ser um simples beneficiário frente a sua condição miserável lhe credencia e passar a adotar postura intervencionista e protagonista pode ser ressaltado no discurso de uma integrante do programa:

A Sodiretos veio justamente para que a gente conhecesse realmente a realidade do Distrito que a gente atua, que no caso é Icoaraci. Então a parti da Sodiretos nós fizemos um curso de formação, nós conhecemos varias entidades existentes, (...) a gente passou ater conhecimento do trabalho das outras entidades do distrito e passamos a trazê-las para próximo do CRAS, o que certamente rendeu uma melhoria na qualidade dos nossos serviços ofertados, porque como a gente passou a conhecer mais a realidade das comunidades existentes no território. (APLO, 2013)

Nesse contexto de emancipação social é pertinente destacar na ONG a forma diferenciada de atingir tal estágio, pois a mesma busca não ser superficial, filantrópica e tão pouco fazer o dever que é do Estado, mas sim dar os subsídios necessários para que os atores sociais busquem sua condição de humanização de vida em sociedade.

A esperança e a utopia de realizar um projeto social, que realmente supere a malvadez intrínseca ao capitalismo (hoje ainda mais desumano e excludente), reside no fato de que a história é feita pelos seres humanos e não está pré-determinada por nenhuma lei ou destino invisível e/ou incognoscível aos humanos, e certamente o meio para se atingir esse fim é a fomentação de uma **Educação Libertadora**, baseada na prática crítico-educativa proposta por Paulo Freire, que tem por objetivo servir de importante instrumento de emancipação do homem diante da opressão, pois, ela aponta no sentido da intervenção prática no ambiente do cotidiano escolar, de forma dinâmica, transformadora, considerando, a todo instante, a realidade concreta, singular e peculiar de cada educando. A proposta de Freire sempre primou por considerar as experiências que cada educando já traz de seu ambiente extra escola, utilizando-as para estimular uma nova práxis educacional. Isso, em última instância, contraria o modelo de educação proposto pelos opressores: uma educação sem arestas, que desconsidera as diferenças entre os sujeitos, as desigualdades sociais, as características próprias de cada indivíduo, enfim, afirma supostamente iguais os diferentes. (FREIRE, 2000)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empreendedorismo social se apresenta como um conceito em desenvolvimento, mas com características teóricas, metodológicas e estratégicas próprias, sinalizando uma forte diferença entre a gestão social tradicional, abalizada em ações filantrópicas e assistencialistas e uma gestão empreendedora que busca a inovação na solução de problemas e causas sociais.

Os resultados dessa pesquisa nos permitem afirmar que em seus seis anos de atuação, a Sodireitos tem desenvolvido forte capacidade inovadora de empreender estratégias de ação na defesa dos direitos sexuais e migratórios na Amazônia, ou seja tem atuado dentro da dimensão do empreendedorismo social, intencionando afetar profundamente a realidade social de maneira inovativa, emancipadora e transformadora.

É lícito afirmar que a experiência de atuação socialmente empreendedora da Sodireitos trouxe avanços concretos, limites reflexivos e encaminhamentos propositivos. Todos esses elementos são impressões que devem ser problematizadas a partir da realidade do grupo e das suas inquietações e demandas. No âmbito dos avanços concretos, percebe-se que a organização possui em sua dinâmica gerencial e estratégias

de atuação elementos que marcadamente lhes situam no âmbito do empreendedorismo social, como: a) inovação, b) capacidade de assumir riscos, c) autonomia na gestão, d) defesa dos direitos humanos, e) estímulo ao empoderamento e protagonismo comunitário, f) luta por uma emancipação social, g) fomento à educação libertadora, h) geração de impacto social profundo, e i) modelo de organização em rede.

A partir dessas considerações sobre a atuação da Sodireitos, foi possível detectar limites que colaboram para dessas reflexões. São eles: a) dificuldade de articular ações que integrem a iniciativa privada; b) falta de estabilidade do emprego, em virtude da dependência externa de recursos; c) dificuldade financeira da organização, que por algumas vezes restringe sua atuação; d) o isolamento no debate; o quadro reduzido de colaboradores diante a o grande número de ações; e) a ausência de uma rede de serviços públicos especializa para tratar direitos sexuais e tráfico de pessoas; e f) realidade complexa do tema.

Quanto aos encaminhamentos propositivos, são apresentados aspectos que se destacam pela sua pertinência e esforço em fazer com que o debate avance e ganhe, cada vez mais, a importância enquanto um novo paradigma de intervenção social. Diante desse contexto, os encaminhamentos seriam: a) criar estratégias de mobilização de mão-de-obra voluntária na organização, b) focalizar ações pautadas na criação de um sólido fundo de reserva que possa garantir à organização uma sustentabilidade financeira, e c) estimular entre as mulheres participantes o senso de coletividade na ação empreendedora.

Este trabalho pode ser finalizado com o pensamento de Paulo Freire “Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.”

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, C. Educação Popular e Intervenção Comunitária: Contribuições para a reflexão sobre empoderamento. **Anais do XXVII Encontro Nacional da Associação nacional de Pesquisa e Pós- graduação em Educação (ANPED)**. GT: 06 educação popular. Caxambu: MG, 2004.

BORDENAVE, J. E.D. Alguns fatores pedagógicos. **Revista Interamericana de Educação de Adultos**, vol. 3, Tradução: Maria Thereza Grandi. Brasília, 1983.

CABRAL, Arlinda. Pedagogia do Oprimido. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 5, 2000. Disponível em:

http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502005000100014&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 02 jul 2012.

CARVALHO, E. No gerenciamento de ação conjunta, a chave da parceria. **Boletim Ashoka**, fevereiro, 2002.

DESS, J. Gregory. **The Meaning of Social Entrepreneurship**. 1998. Disponível em : <https://community-wealth.org/content/meaning-social-entrepreneurship>. Acessado em: 08 jan 2013.

DRUCKER, F.Peter. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 1986.

FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**, São Paulo v.34, n.2, p 05-28, abril/junho 1999.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paze Terra, 1982.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia** [recurso eletrônico]: o cotidiano do professor. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HASHIMOTO, Marcos. **Espírito empreendedor nas organizações**: aumentando a competitividade através do intra-empreendedorismo. São Paulo: Atlas, 2006.

MELO NETO, Francisco P. de; FROES, César. **Empreendedorismo Social: A transação para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MOTTA , Fernando C. Prestes. **Organização e Poder**. São Paulo: Atlas, 1990.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo Social no Brasil**: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. Revista da FAE, Capa > v. 7, n. 2 (2004).

_____. **Empreendedorismo Social**: fundamentos e estratégias. Franca – SP: Unesp, 2004. 538fls. Tese (Doutorado – Faculdade de História, Direito e Serviço Social). UNESP – Franca, 2004.

PAULA, Ana Paula Paes. **Teoria Crítica nas Organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008. Coleção Debates em Administração.

SAMPAIO, T. A reversão política do conhecimento: uma nova práxis educacional. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais** Rio de Janeiro, 1996; 4(13):365-70.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O princípio do Futuro**. Disponível em:
<<http://www.ces.uc.pt/opiniaio/bss/014.php>>. Acesso em: 24 fev. 2010.

SILVA JÚNIOR, Jeová; MÁSIH, Rogério Teixeira *et al.* **Gestão Social**: práticas em debates, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

SCHON, D. **Educating the Reflective Practitioner**. Toward a New Design for Teaching and Learning in the Professions. São Francisco: Jossey-Bass, 1987

SCHUMPETER, Joseph - **The Theory of Economic Development**. Oxford: Oxford University Press, 1978.

Recebido em 20/1/2019. Aceito: 20/5/2019.

Sobre autoras e contato:

Giselle Alves Silva - Doutora em Administração pelo PROPAD-UFPE, Administradora pelo CESUPA, Professora Adjunta da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, Pesquisadora do Observatório da Realidade Organizacional.

E-mail: giselleadm@yahoo.com.br.

Juliana Roberta da Silva - Mestre em Administração pelo PROPAD-UFPE, graduada em Secretariado Executivo pela UFPE, Professora da Faculdade SENAC PE.

E-mail: juliana.nuvens@gmail.com